



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2019**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 045/2019**

---

**DA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

De acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, solicito condições orçamentárias para aquisição de servidor para atualização de sistema Portal da Transparência do Município de Barra Funda – RS.

**LUCAS AUGUSTO ROSSETTO,**  
**Secretário Municipal da Administração**

---

A Secretaria Municipal de Administração informa que a rubrica orçamentária para atender à solicitação acima se encontra na seguinte posição, em 18 de julho de 2019.

**Código**

**0301 04 122 0016 1003 44905200000000 0001**

**SECRETARIA FINANÇAS**

**CONTABILIDADE**

---

( x ) Autorizo a Processo Licitatório em 18 de julho de 2019.

( ) Fica prejudicado o Processo Licitatório em ...../...../.....

**MARCOS ANDRÉ PIAIA,**  
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 067/2019**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 045/2019**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIDOR PARA ATUALIZAÇÃO DE SISTEMA PORTAL DA TRANSPARÊNCIA PARA O MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA – RS.**

**CONTRATADA: ALIEVI E SAUTHIER LTDA**

**ENDEREÇO: AVENIDA EXPEDICIONÁRIO, Nº 909, CENTRO, SARANDI, RS.**

**VALOR: R\$ 6.740,00 (seis mil setecentos e quarenta reais)**

**LOCAÇÃO – SERVIÇO OU FORNECIMENTO – RESUMO:**

O presente instrumento de DISPENSA DE LICITAÇÃO tem como objetivo aquisição de servidor para atualização de sistema portal da transparência para o Município de Barra Funda – RS.

Será adquirido 1 servidor LENOVO ST50 XEON 4C E-2104G 65W 3.2GHZ 1X8GB 1TB RAID 0-1-10-5, com custo unitário de R\$ 6.740,00 (seis mil setecentos e quarenta reais) instalado.

**FUNDAMENTO DA DISPENSA - JUSTIFICATIVA:**

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

*“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA**

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando desnecessárias e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações desnecessárias e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as chamadas Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação.

A Dispensa de Licitação para aquisição de servidor para atualização de sistema portal da transparência, no Município de Barra Funda – RS, encontra amparo legal no art. 24, inciso II da Lei nº. 8.666/93.

**FUNDAMENTO LEGAL:**

Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

*“Art. 24 É dispensável a licitação:*

*...*

*II - para outros serviços e compras de valor até dez por cento do limite previsto na alínea “a” do inciso II (R\$ 17.600,00 - alterado pelo Decreto 9.412/2018) do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez. ”*

**Nas palavras do doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236) <sup>1</sup>**

“A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública. ”

---

<sup>1</sup> JUSTEN FILHO, MARÇAL. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ª ed. São Paulo: Dialética, 2004.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA**

**RAZÕES:**

**DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Lei 8.666/93.

Art. 26.....

Parágrafo Único:

II - razão da escolha do fornecedor ou executante.

A escolha desta Administração Municipal para a contratação dos serviços da empresa **ALIEVI E SAUTHIER LTDA** é porque a mesma apresentou o menor valor nos orçamentos realizados.

**DO PREÇO:**

Lei 8.666/93.

Art. 26.....

III - justificativa do preço

-Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração realizar a contratação sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

**JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO:**

Justifica-se a presente Dispensa de Licitação pela necessidade do Município para aquisição de servidor para atualização de sistema portal da transparência, no Município de Barra Funda.

BARRA FUNDA/RS, 18 DE JULHO DE 2019.

**ANDRÉ SIGNOR,**  
Setor de Compras/Licitações



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 067/2019**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 045/2019**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIDOR PARA ATUALIZAÇÃO DE SISTEMA PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA – RS.**

**CONTRATADA: ALIEVI E SAUTHIER LTDA**

**CNPJ Nº: 08.313.989/0001-03**

**ENDEREÇO: AV. EXPEDICIONÁRIO, 909, CENTRO, SARANDI-RS**

**VALOR: R\$ 6.740,00 (Seis mil setecentos e quarenta reais).**

À vista de exposição do responsável pela solicitação, referente a realização da despesa independente de Licitação, com fundamento nos motivos expostos acima, e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações:

- ( X ) Homologo a aquisição.  
(   ) Indefiro a realização da despesa.

BARRA FUNDA/RS, 18 DE JULHO DE 2019.

---

**MARCOS ANDRÉ PIAIA,**  
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 067/2019**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 045/2019**

**PARECER**

Entendo sob as penas da Lei, que o Processo Administrativo de Contratação em epígrafe, atendeu a todas as formalidades legais constantes na legislação em vigor em especial a Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

BARRA FUNDA/RS, 18 DE JULHO DE 2019.

---

**RAFAEL AUGUSTO SCARIOT,**  
ASSESSOR JURÍDICO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 067/2019**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 045/2019**

**AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, amparado no parecer exarado pela assessoria jurídica, resolve:

**1. Autorizar a contratação nos seguintes termos:**

- a) Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24, inc. II da Lei nº. 8.666/93.
- b) Objetivo **aquisição de servidor para atualização de sistema portal da transparência** no Município de Barra Funda – RS.

**2. Autorizar o Empenho das despesas resultantes da presente contratação na seguinte dotação orçamentária:**

**0301 04 122 0016 1003 44905200000000 0001**

Por fim, que seja encaminhado ao setor de licitações e contratos para elaboração da minuta de contrato.

BARRA FUNDA/RS, 18 DE JULHO DE 2019.

---

**MARCOS ANDRÉ PIAIA,**  
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA**

Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA**

**EXTRATO DE EDITAL**

Processo Adm. Nº. 067/2019  
Edital: **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 045/2019**  
Tipo: Compra e Serviços.

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIDOR PARA ATUALIZAÇÃO DE SISTEMA PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA – RS.**

**CONTRATADA: ALIEVI E SAUTHIER LTDA**

**CNPJ Nº: 08.313.989/0001-03**

**ENDEREÇO: AV. EXPEDICIONÁRIO, 909, CENTRO, SARANDI-RS**

**VALOR: R\$ 6.740,00 (Seis mil setecentos e quarenta reais).**

Justificativa: Fundamentada no art.24 e seus incisos da Lei n.8666/93.

BARRA FUNDA/RS, 18 DE JULHO DE 2019.

**MARCOS ANDRÉ PIAIA,**  
Prefeito Municipal